

GESTÃO DEMOCRÁTICA: CAMINHO PARA A AUTONOMIA E EFICÁCIA DA ESCOLA

Ana Geisa Barbosa Rocha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Vaneusa Silva Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Cintia Paula Camargo Santos Cordeiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: O artigo enfoca a gestão democrática como meio para se conseguir a autonomia e qualidade da educação e tem como objetivo analisar questões fundamentais que a escola enfrenta para proporcionar um ensino de qualidade respeitando a diversidade da comunidade escolar. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica de autores que abordam sobre o tema, especialmente módulos de um programa de capacitação de gestores (Progestão). Nesse sentido o trabalho enfatizou a importância de as escolas terem equipes democráticas, participativas e unidas para obter a qualidade da educação, apesar do cenário educacional ainda manter-se distante, com gestão ainda centralizada e com pouca participação da comunidade.

Palavras chave: Aprendizagem. Autonomia. Gestão democrática.

Introdução

A gestão democrática tem se tornado motivo de debates na área educacional, trazendo reflexões e iniciativas públicas, a fim de dar sequência a um princípio posto na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que é o de promover a educação de qualidade para todos e uma gestão democrática do ensino público. A produção desse trabalho teve por base, uma capacitação promovida pelo Programa de Capacitação de Gestores (Progestão), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

O objetivo deste artigo é analisar questões fundamentais que a escola enfrenta para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando a diversidade da comunidade escolar.

Assim, numa primeira etapa, abordaremos acerca da importância da relação entre a comunidade local e a escola. Em seguida, faremos uma reflexão de como é essencial a ação democrática para se conseguir a autonomia escolar. Por fim, destacaremos a necessidade do projeto pedagógico na construção de uma escola democrática e, por conseguinte o sucesso da aprendizagem em vias democráticas.

Numa realidade que, muitas vezes, está pautada na centralização do poder, a ideia de descentralização traz desequilíbrio e torna o trabalho mais difícil, mas é necessário para quem quer realmente atingir um ensino de qualidade. Também se justifica a importância de se estudar esse tema, pois ele irá contribuir na formação cidadã da escola. A gestão democrática pode aperfeiçoar o que é próprio da escola, o ensino, visto que a participação nas decisões escolares propicia uma melhor aprendizagem, pois no momento em que o aluno, professor, diretor e demais atores da escola participam das tomadas de decisões no ambiente escolar, de fato, ocorre o aprendizado.

A gestão democrática é vista como condição necessária para o desenvolvimento de uma administração voltada a atender os interesses da sociedade, observando as necessidades sociais e políticas dos envolvidos e possibilita, com isso, a participação de todos os que compõem a comunidade escolar nas decisões tomadas no âmbito educacional.

Escola e Comunidade Local

A escola contemporânea deve se conectar e atender as demandas da comunidade refletindo democraticamente em suas ações, para atingir os objetivos e atender seu público, cada vez mais dinâmico que convive com vários meios de conhecimento, principalmente, com o avanço cada vez mais rápido das tecnologias. Desse assunto Pereira, Viana e Ferraz (2015) lembram que em pleno século XXI, período em que ocorreu o aprimoramento das tecnologias, da globalização, ainda se convive com analfabetismo e estudantes que não dominam conteúdos, tão pouco tem formação para a cidadania e para o ingresso do mundo do trabalho.

A escola é entendida como um espaço social de troca coletiva de conhecimento, onde todos aprendem. Vê-se, também, ao longo da história da educação brasileira, problemas com relação à qualidade e muitos deles persistem até os dias atuais. Percebe-se que houve o aumento das oportunidades educacionais, mas os investimentos na qualidade da educação não acompanharam da mesma forma. Existe um quadro negativo, caracterizado pela evasão escolar, repetência, indisciplina dos estudantes, violência e má remuneração dos professores.

Segundo Pereira, Viana e Ferraz, (2015) a educação brasileira continua com dificuldades para alcançar a qualidade da escola pública.

Diante desses problemas, percebe-se que há um descaso em relação à qualidade do ensino, por parte dos governantes que não promovem os recursos necessários para a qualidade da escola pública. Isso, não condiz com o que é abordado na Constituição e na LDB, em que a educação é direito de todos e dever do estado e da família. Com isso, constata-se que a escola pouco mudou desde o seu aparecimento. A sociedade está diante de um quadro precário, que precisa, ser transformado e a gestão escolar, juntamente com a comunidade tem esse desafio coletivo.

A democracia se apresenta como valor e processo. Como valor, no sentido daquilo em que se acredita ser importante, presente na LDB, e com processo, nos atos e vivências, ou seja, no cotidiano. Sendo assim, Penin e Vieira (2001) esclarecem:

A escola não é uma instituição solta no espaço. Ela tem uma história que foi – e continua sendo – construída por aqueles que, em algum momento de suas vidas, por ela passaram. Muitas vezes, a escola é uma conquista de determinada comunidade, que lutou para ter um espaço de acesso ao conhecimento para seus filhos. (PENIN; VIEIRA. 2001, p. 86,).

Assim, a escola pertence à comunidade, os professores, alunos, diretor, coordenador. Dessa forma, a democracia é fruto do trabalho coletivo que se realiza na escola, por meio de seus múltiplos espaços de participação. No entanto, de acordo com Paro (2017) a participação da comunidade na escola pública encontra diversos obstáculos para se concretizar diante das inúmeras dificuldades. Contudo, a democratização é possível quando se consegue trazer a comunidade para trabalhar dentro da escola. Para que haja a democracia, é necessário conscientizar aos envolvidos, da sua importância na tomada de decisões dentro do ambiente escolar. Assim, a gestão democrática participativa consiste principalmente em descentralizar o poder. Cabe à escola estar aberta a opiniões em momentos de decisões importantes que têm como foco o desenvolvimento dos alunos no âmbito escolar e social.

Pensar ação participativa é de fundamental importância, para a comunidade interagir com a escola e vice versa. Deste modo a escola deve ter uma identidade com a comunidade, ou seja, estar inserida em seu contexto e retratar a realidade local. Essa questão também contribuiu para reforçar a ideia que a educação e a disseminação do conhecimento não devem ser tratadas de qualquer jeito e que, a tarefa de educar exige muita responsabilidade. Contudo

é notório que a educação é um meio fundamental para a interação e participação. Sobre isso Lück (2000) ressalta:

Assim é que a escola se encontra, hoje, no centro de atenções da sociedade. Isto porque se reconhece que a educação, na sociedade globalizada e economia centrada no conhecimento, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição importante para a qualidade de vida das pessoas (LÜCK, 2000, p. 12).

Faz-se necessário que a escola seja democrática e participativa e isso, exige interação, vontade, compromisso, discussão, opiniões diversificadas entre outros, e lidar com essas questões não é fácil, por isso que muito se discute e pouco se concretiza. A teoria é bem diferente da prática. Assim,

Para cumprir sua função social, portanto, a escola necessita estar em ligação permanente com o seu entorno [...] alunos, professores, gestor, funcionários... todos saem, após alguns anos. A comunidade é a que ali permanece por gerações; por isso é dela a escola. (PENIN; VIEIRA, 2001, p. 86.)

Contudo, fica evidente que, a escola é a conquista de uma comunidade, e localmente é onde a gestão participativa da escola se concretiza, em favor da descentralização da educação. Sobre esta questão Lück (2000) exemplifica:

O movimento de descentralização em educação é internacional (Bullock, Thomas, 1997; Fiske, 1996a, 1996b) e está relacionado com o entendimento de que apenas localmente é possível promover a gestão da escola e do processo educacional pelo qual é responsável, tendo em vista que, sendo a escola uma organização social e o processo educacional que promove, altamente dinâmico, qualquer esforço centralizado e distante estaria fadado ao fracasso, como de fato, tem-se verificado. Também, é sobretudo como reconhecimento da força dos movimentos democráticos, como condição de transformação e desenvolvimento social. (LÜCK, 2000, p. 17)

Se a escola almeja que os educandos aprimorem seus conhecimentos, tendo como ponto de partida a prática social concreta e a realidade da qual faz parte, ela não poderá apresentar relações, nas quais prevaleça a autoridade. Tem que promover o espírito humanístico e a viabilização da boa convivência. Muitas barreiras serão enfrentadas pela gestão, no sentido de promover a participação e a convivência. É possível perceber, no âmbito escolar de hoje, a predominância de atitudes violentas, não necessariamente a física, mas, muitas vezes, episódios de preconceito, de intolerância, ou até mesmo situações em que o

autoritarismo prevalece. Além disso, é comum nas escolas públicas a pouca participação da comunidade e isso dificulta o trabalho da gestão participativa. Neste sentido as instituições escolares:

Na busca de um aprimoramento, e consoante às dificuldades por que passam os estabelecimentos escolares, essas unidades de ensino têm promovido uma maior abertura para que a comunidade participe, de forma mais ativa, da administração escolar (SILVA, 2006 p. 24).

As escolas devem buscar a participação da comunidade na gestão escolar, a fim de oferecer maiores possibilidades para que o sucesso seja alcançado nas atividades realizadas. E essa participação pode ser percebida com:

Os órgãos representativos, presentes nas unidades escolares, apresentam-se como um meio pelo qual a comunidade pode participar dos processos decisórios ocorridos nas escolas. Destacamos aqui, principalmente por contar com a participação de diferentes segmentos, dois órgãos representativos que atuam em nossas unidades de ensino: a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho de Escola. É nesses órgãos que mais notamos o envolvimento e a participação da comunidade no trabalho desenvolvido pela instituição de ensino. Os membros desses órgãos são escolhidos pelos diferentes segmentos, onde cada qual escolhe o seu representante, e reúnem se, periodicamente, para discussões de assuntos pertinentes ao trabalho escolar (SILVA 2006 p. 26)

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por essas instituições é por meio delas que a comunidade tem maiores possibilidades de conquistar seu espaço e participar, de forma mais efetiva, do trabalho escolar.

Gestão Democrática e a Conquista da Autonomia na Escola

Deve-se compreender gestão democrática como processo participativo em construção permanente, pautada no respeito às diferenças e aos conflitos sociais, observando as diretrizes legais e a ética social. Assim, a gestão democrática é bandeira de luta das reivindicações em busca de qualidade e reflexo das lutas em prol da redemocratização do país nos anos 1980 (PEREIRA, VIANA, FERRAZ, 2015), mas desde 1930 os Pioneiros da Escola Nova tinham como objetivo democratizar a educação e permitir o acesso da educação básica a todos (SILVA, 2009). Nesse viés, de acordo Silva (2009), a democratização da escola pública é tema de discussões ao longo da história da educação brasileira.

A gestão democrática tem a oportunidade de discutir criticamente sobre os problemas da escola e tentar buscar soluções. Ela mantém sempre o diálogo no meio escolar, envolvendo

pessoas com diferentes pontos de vista, mas com objetivos iguais: o de promover um ensino de qualidade. Assim, com essa troca de conhecimentos, do saber ouvir e tomar as decisões cabíveis é que se constrói uma educação de qualidade. Como afirmam Dourado e Duarte (2001, p.18), “o aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivas”.

Uma escola democrática e autônoma estabelece parcerias, oportuniza a reflexão com a comunidade escolar e local em conselho escolar, associações de pais e mestres, grêmio estudantil, conselhos de classes e de docentes dando oportunidades iguais a todos nas implementações de ações na escola. Com isso, a escola constrói a sua identidade e assume a função de formar cidadãos críticos, criativos, participantes e, aos poucos vai conquistando a autonomia. Nessa perspectiva Lück (2000) afirma:

Por certo, trata-se a autonomia de um conceito complexo, com múltiplas nuances e significados, tantos quantos esforços existem para expressá-la na realidade escolar. Algumas vezes, porém, ela é muito mais uma prática de discurso do que uma expressão concreta em ações objetivas: em outras, representa o discurso utilizado para justificar práticas individualistas e dissociadas do contexto. Mas é fundamental que se desenvolva um entendimento comum sobre o mesmo, uma vez que, a partir dele, são organizados programas de ação que influenciam, explicam e legitimam ações de repercussão social muito grande (LÜCK, 2000, p. 20)

A autonomia que se faz necessária nas escolas é a que se conquista por meio das múltiplas interações que se estabelecem com os outros sistemas. É na multiplicidade de inter-relações, que se criam condições favoráveis à integração da escola no processo de desenvolvimento da sociedade. Barroso (1996) complementa:

A autonomia da escola não é a autonomia dos professores, ou a autonomia dos pais, ou a autonomia dos gestores. A autonomia, neste caso, é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa e interna), dos quais se destacam: o governo e os seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local. Deste modo, a autonomia afirma-se como expressão da unidade social que é a escola e não preexiste à acção dos indivíduos. Ela é um conceito construído social e politicamente, pela interacção dos diferentes actores organizacionais numa determinada escola. (BARROSO, 1996, p. 10-11).

Dourado e Duarte (2001) trazem uma compreensão de gestão democrática, que é a de uma concepção educativa que valoriza a autonomia da escola e dos sujeitos que a fazem, garantindo a mobilização da comunidade local e escolar na construção da participação. Esses

processos ajudam na formação de cidadãos e na promoção de uma educação de qualidade para todos. Em suma, os autores deixam claro que a gestão democrática é a partilha do poder, ou seja, a igualdade de oportunidades educacionais para todos garantindo a mobilização da comunidade local e escolar na construção da autonomia. A participação não deve ficar restrita aos processos administrativos (SILVA, 2009).

O Projeto Pedagógico e a Democracia na Escola

Trabalhar coletivamente é muito vantajoso, pois, fortalece a escola e permite desenvolver um trabalho pedagógico de boa qualidade, embora não seja uma tarefa fácil. Para atender as necessidades da comunidade a qual está inserida, a escola deve planejar seu trabalho, a fim de, construir sua identidade, por meio do projeto pedagógico que, é fundamental para nortear os trabalhos, visando à qualidade da aprendizagem e a permanência do aluno na escola de modo prazeroso e com sentido.

Gadotti, (2000) entende que o projeto pedagógico da escola não deve ser uma responsabilidade apenas da sua direção, pelo contrário num processo democrático a direção que deveria ser escolhida, à medida que se percebesse que fosse capaz de executar um projeto político pedagógico para a escola, mas o que se observa nas escolas públicas de acordo com Pereira, Viana e Ferraz (2015) apesar das reivindicações por transparência, participação e autonomia, é que o cargo de diretor ainda é negociação político-partidária em muitas escolas, poucas desenvolve eleições para escolha da direção.

Conflitos na escola vão sempre existir e a gestão precisa estar preparada para lidar com as situações, encontrando no diálogo as possíveis soluções democraticamente e, isso se consegue obviamente se a escola for unida. Ao se inteirar mais sobre a construção do projeto pedagógico fica evidente que as escolas estão muito longe de seguir um projeto pedagógico que lhes dê autonomia e identidade, em muitos casos não passa de uma exigência legal, e isso acontece por que é muito mais cômodo do que traçar objetivos e buscar meios para que eles aconteçam. É muito trabalhoso, mas afinal, se o objetivo é o sucesso da aprendizagem deve se traçar estratégias e vencer os desafios.

Apesar de cada escola ser única e não existir receita para construção do projeto pedagógico existem princípios que devem ser discutidos e inseridos em sua própria realidade, visando orientar a construção do projeto. Marçal e Sousa (2001) sugerem a construção do projeto pedagógico com três movimentos: Como é nossa escola? Que identidade a nossa escola quer construir? Como executar as ações definidas pelo coletivo?

Assim, a construção do projeto pedagógico exige diálogo, persistência, sistematização e avaliação, o que é fundamental para a escola caminhar do real ao ideal, dentro da realidade escolar. Sendo assim, a escola precisa revisar seu projeto para que o mesmo atenda a realidade.

A construção da convivência democrática é um processo que deve se desenvolver constantemente para dar o devido suporte ao projeto pedagógico (PP) da escola, o que exige líderes tecnicamente preparados para o exercício do cargo, que conheçam a si mesmos e os procedimentos adequados para trabalhar com suas equipes.

O PP é o norteador das ações que são desenvolvidas na escola e fornece o suporte nas práticas educacionais e, por isso mesmo deve contemplar a visão de todos os membros da comunidade escolar, todos devem propor suas ideias e assumir responsabilidades. O trabalho coletivo é de fundamental importância no âmbito escolar, pois só com a participação de todos é possível desenvolver práticas eficientes para o processo de ensino aprendizagem.

Para isso na visão de Gadotti (2000) é preciso ocorrer mudança de mentalidade dos membros da comunidade escolar, o que implica deixar o preconceito de que a escola pública é um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da sociedade. É necessário sensibilizar para a importância de participar das decisões e todos têm responsabilidades pelo projeto da escola.

Ao gestor da escola, cabe planejar, coordenar, controlar e avaliar os processos e atividades que se desenvolvem na escola, verificando os resultados alcançados. Para tanto, é necessário ter a habilidade de integrar e motivar toda a equipe para garantir o êxito de tais processos. Isso significa que a liderança exercida pelo gestor irá influenciar na condução do trabalho e, conseqüentemente, nos resultados esperados para a escola.

Os atores que participam da construção do Projeto Pedagógico da Escola não podem se preocupar somente com os aspectos pedagógicos, pois todos os demais setores também influenciam o processo de ensino, ou seja, somente esse conjunto de concepções funcionando de forma efetiva será possível transformar a escola num ambiente em que as práticas sejam satisfatórias.

A teoria e a prática devem andar de mãos dadas e, para que a prática seja eficiente é necessário que estejam respaldadas em um documento que norteie as ações. Na construção do projeto pedagógico há que se levar em consideração a autonomia, a valorização dos profissionais, mas principalmente prezar por um ensino de qualidade. O Projeto Pedagógico

da Escola tem que priorizar o sucesso da mesma e para isso é necessário desenvolver ações que permitam a permanência e o desenvolvimento dos alunos.

O Projeto Pedagógico da Escola é a identidade da escola, portanto, ao construir ou readaptar é preciso fazer o levantamento diagnóstico da realidade da instituição, das concepções do coletivo e a programação das ações a serem desenvolvidas por todos os sujeitos da escola. Não existe uma fórmula que permita essa construção, uma vez que, o Projeto Pedagógico é o retrato da escola e cada uma tem uma realidade diferente.

Democracia em Prol do Sucesso da Aprendizagem

“Uma boa escola é aquela que promove a aprendizagem [...] e assegura uma trajetória de sucesso” (GROSBAUM, DAVIS, 2001). Esse é o assunto tratado por Grosbaum e Davis (2001) no módulo do Programa de Capacitação de Gestores (Progestão) que, tem como título um questionamento: Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola? Precisa do envolvimento dos recursos financeiros, pedagógicos, técnicos, apoio e empenho de todo o corpo docente, apoio dos pais e da comunidade, ambiente propício, competência profissional, boa gestão, compromisso com a aprendizagem do aluno. O sucesso da escola depende dos subsídios necessários para transformar a teoria em prática. Assim Silva (2006 p. 24) ressalta: “Nos tempos atuais, temos presenciado e também vivido as dificuldades dos dirigentes escolares de educação básica do ensino público brasileiro, no que se refere à organização de um processo ensino aprendizagem”

Por esse aspecto, o sucesso da escola depende do empenho da comunidade e por meio das metas que é possível traçar, depois da análise da realidade. O processo de ensino aprendizagem é algo que causa preocupação, pois, é difícil e desafiador promover o ensino e alcançar a aprendizagem com tão poucos recursos que tem a maioria das escolas públicas. No ensino e aprendizagem, não basta entrar em sala de aula e passar os conteúdos, ensinar vai muito além, deve se pensar nas melhores estratégias, no ambiente, no público, na avaliação, no momento. Neste âmbito, fica evidente o quanto de responsabilidade recai para o professor e a toda a equipe da escola. “O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para tornar-se sujeito da sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida [...]” (GADOTTI, 2000, p.3).

No ensino e aprendizagem, o que talvez seja mais difícil é atrair o aluno, uma vez que eles são cada vez mais ativos, envolvidos com várias atividades diárias que dificultam a

concentração que, é fundamental, nesse processo. Nesse pensamento, enfatiza-se a importância da escola sempre buscar estratégias para motivar o aluno e fazer com que ele aprenda com satisfação e permaneça mais tempo no ambiente escolar. O sucesso da escola é um trabalho coletivo. Sendo assim,

Já é lugar comum a afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que se pode registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos, estabelecendo sua construção. No geral, em toda a sociedade, observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconseqüente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso de suas instituições. Essa mudança de paradigma é marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interagem dirigentes, funcionários e clientes ou usuários, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de soluções de problemas e alargamento de horizontes (LÜCK, 2000, p. 12).

As leituras reafirmam que promover um ensino de qualidade requer dedicação, conhecimento, empenho, recursos, força de vontade e sabedoria para criar condições para que a relação aluno-professor-conhecimento seja rica para todos os envolvidos como bem coloca Grosbaum e Davis (2001).

Uma escola bem organizada, com regras claras, professores competentes, conhecimento, confiança, boa administração, atividades interessantes, são princípios para conseguir alunos motivados e com força de vontade. O processo democrático, participativo e uma aprendizagem constate só podem ser desenvolvidas a partir do conhecimento da sociedade, da legislação, das políticas do país, dos nossos deveres e direitos e do respeito ao outro. Instituições escolares que trabalham dessa forma passa a ser referência, muda o aluno, ajuda a pensar sua realidade, desenvolver suas capacidades cognitivas, afetivas e morais. Sabe-se que motivar o aluno e mostrar que ele é capaz é fundamental para o seu sucesso e, o professor tem a capacidade de moldá-lo, de encorajá-lo, mas que essa responsabilidade não fique só com o professor e a escola.

Uma realidade bastante comum que Sousa e Freitas (2009) destacaram foi a falta de articulação na educação, pois ideias, problemas, soluções ficam em cada departamento que não se expõem. As escolas não se articulam entre si, as secretarias não se articulam com as escolas e com outras secretarias, com a comunidade. Dessa forma, fica mais difícil resolver

problemas por vezes simples, mas que se tornam complexos, caso não sejam discutidos e resolvidos com a participação e o apoio de todos os envolvidos no processo.

O sucesso depende da articulação, todos devem trabalhar em conjunto. É o bom trabalho do professor, do coordenador, do diretor, dos secretários, porteiro, auxiliares de serviços gerais, metodologias, programas, projeto pedagógico que faz o sucesso da escola e do sistema de educação.

Sousa e Freitas (2009) muito contribuem nesse aspecto dando orientações e sugestões para elevar o desempenho escolar. Assim, vê-se que não são estratégias difíceis, as escolas podem adaptá-las a sua realidade basta ter iniciativa e colaboração. Cabe, então, às escolas traçarem estratégias para alcançarem a melhoria da qualidade com base nas competências e habilidades dos alunos a serem desenvolvidas e adquiridas em cada série.

Para tanto, as políticas públicas são necessárias e se realiza no cotidiano e, todo o sistema educacional precisa estar comprometido para melhorar a qualidade da educação. Por fim, percebe-se que a educação brasileira busca uma melhoria criando vários programas e metas a serem alcançadas. Sendo assim, o compromisso da educação é garantir o melhor desempenho possível dos alunos a partir do engajamento dos seus atores. Essa postura de busca de sucesso é o elemento chave para combater o fracasso escolar.

Todo indivíduo está intrinsecamente capacitado a aprender, principalmente quando há estímulo da sociedade. E tantos quantos forem maiores esses estímulos, maior será o seu grau de aperfeiçoamento. Por meio do estudo proposto por Sousa e Freitas (2009) vê-se que existe uma busca constante para a melhoria do desempenho escolar, e para que isso ocorra faz-se necessário que a gestão escolar estabeleça relações, buscando articular o Projeto Pedagógico de sua escola às Políticas Públicas da Educação, de modo a garantir educação de qualidade para todos.

De acordo com Sousa e Freitas (2009) as políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ações que estão voltadas para a garantia dos direitos de todos os cidadãos com a finalidade de minimizar os problemas da sociedade. Sendo assim, o Projeto Pedagógico da escola em articulação com as Políticas Públicas garantem um melhor ensino e aprendizagem.

Acredita-se que a gestão escolar deve trabalhar focada na coletividade, em prol dos objetivos comuns da comunidade escolar e, sobretudo, desempenhar suas ações com responsabilidade na tentativa de promover mudanças importantes e significativas na educação, colocando o aluno como ator principal dentro do processo educacional.

Considerações Finais

Esse modelo de gestão democrática, embora possa ser percebido como benéfico ao processo educacional, ainda é incipiente. O que predomina em muitos estabelecimentos educacionais é a prática da gestão centralizada em pessoas que agem de forma, muitas vezes, antidemocráticas, prejudicando o cumprimento da função social e, sobremaneira os resultados de aprendizagem que a escola espera alcançar. A ação deve ser focada no coletivo em detrimento do individual, logo, o que na escola se praticar deve servir estrategicamente para o desenvolvimento de uma proposta de ensino que na sua plenitude pode alcançar resultados de sucesso nos aspectos pedagógicos, social e político dos envolvidos.

Fica evidente a importância da participação dos que compõem a comunidade escolar para um melhor funcionamento da escola, de modo que esta venha atender os reais compromissos sociais e políticos sem perder de vista seu objetivo de formar para a cidadania e que a gestão democrática pode aperfeiçoar o que é próprio da instituição: o ensino.

Referências

BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. *In: O estudo da Escola*. Porto: Porto Ed., 1996. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=.%O+estudo+da+autonomia+da+escola%3A+da+autonomia+decreta+da+%C3%A0+autonomia+constru%C3%ADda.+O+estudo+da+escola.+Porto%3A+Porto+Editora&btnG=. Acesso em 24 mar. 2021.

BRASIL (1988): **Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988**, Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 mar. 2021.

BRASIL. (1996): **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília: MEC 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 24 mar. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros (coord.). **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II – Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED. Brasília, 2001.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. **Revista de educação, ciência e cultura**. Canoas, Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, v. 1, n. 2, p. 33-41, 2000. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5130251/mod_resource/content/2/Projeto_Politico_Ped_Gadotti.pdf. Acesso em 24 mar. 2021

GROSBAUM, Marta Wolak. DAVIS, Claudia Leme Ferreira. MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros (coord.). **Progestão**: Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola? Módulo IV - Conselho Nacional de Secretários da Educação- CONSED, Brasília: 2001.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em aberto**, Brasília v 17, n 72, p 11-33. 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/2116-2176-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/2116-2176-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 17 mar. 2021.

MARÇAL, Juliane Corrêa SOUSA, José Vieira de, MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros (coord.). **Progestão**: Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III - Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED, Brasília, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 2017.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza. VIEIRA, Sofia Lerche. MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros (coord.). **Progestão**: Como articular a função social da Escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I - Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED, Brasília, 2001.

PEREIRA, Sandra Márcia C., VIANA, Vanusa Ruas F., FERRAZ, Sintia Maria Gomes. Discursos em torno da gestão educacional sobre qualidade da educação. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista –Bahia -Brasil, v. 11, n. 18 p. 199-218 jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/808>. Acesso em 24 mar. 2021.

SILVA, Nilson Robson Guedes. A participação da comunidade na gestão escolar: dádiva ou conquista? **Revista de Educação**, v. 9, n. 9, 2006. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/educ/article/view/2167>. Acesso em 24 mar. 2021.

SILVA, Nilson Robson Guedes. Gestão Escolar Democrática: Uma Contextualização do Tema. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista –Bahia -Brasil, v. 5, n. 6 p. 91-106 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/590>. Acesso em 24 mar. 2021.

SOUSA, José Vieira de. FREITAS, Katia Siqueira de, SENA, Lílian Barboza de (coord.). **Progestão**: Como articular a Gestão Pedagógica a Escola com as políticas públicas da

educação para a melhoria do desempenho escolar? módulo X - Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED, Brasília, 2009.

Sobre as autoras:

Ana Geisa Barbosa Rocha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na rede Municipal de Ensino de Piripá-BA e de Tremedal-BA, Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED, membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia- GRUPEG. E-mail: geisanabr@yahoo.com.br

Vaneusa Silva Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na da rede municipal de Caetité-BA, Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED, membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia- GRUPEG. E-mail: vaneusasper@hotmail.com

Cintia Paula Camargo Santos Cordeiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na Rede Estadual de Ensino da Bahia em Cordeiros, Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia – GRUPEG. E-mail: geocamargo7@gmail.com

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Doutora em Geografia (UFS- Brasil); Professora Adjunta do Departamento de Geografia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB- Brasil); Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED); Líder do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG) e membro do Núcleo de Análise em Memória Social e espaço (NUAMSE)
andrecksa.oliveira@uesb.edu.br